

Considerando que esses desafios exigem responsabilidade partilhada, compromisso e participação solidários;

Assim:

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Objecto

1. A presente Resolução decreta o Ano de 2014 como o ano de solidariedade para com as pessoas com paralisia cerebral de Cabo Verde.

2. Inscreve-se no fim dos textos de todas as correspondências oficiais a seguinte frase: “*2014, o Ano de solidariedade para com as pessoas com paralisia cerebral de Cabo Verde*”;

Artigo 2.º

Objectivos

A institucionalização do Ano de 2014 como o ano de solidariedade para com as pessoas com paralisia cerebral de Cabo Verde tem como objectivos, entre outros:

- a) Fomentar campanhas de consciencialização e de informação a nível nacional;
- b) Sensibilizar as pessoas para a importância do respeito e da inclusão das crianças e jovens com paralisia cerebral;
- c) Sensibilizar todos os profissionais das áreas de saúde, da educação e serviço social para a importância do diagnóstico precoce desta condição de saúde e o respectivo acompanhamento ao longo do ciclo de vida;
- d) Mobilizar recursos a nível nacional e internacional para apoiar as pessoas com paralisia cerebral e as suas respectivas famílias, de modo a garantir a reabilitação, habilitação, inclusão social e a melhoria da sua qualidade de vida;
- e) Estimular a criação de um Programa de Vigilância e Registo Nacional da paralisia cerebral, que permita obter dados e indicadores que orientem os técnicos, os diferentes serviços e os decisores políticos, no sentido de uma melhor compreensão dos processos etiopatológicos e adequação das intervenções aos apoios necessários e específicos.

Artigo 3.º

Responsabilidade

O Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos é a entidade responsável pela organização e pela prossecução dos objectivos definidos no artigo anterior.

Artigo 4.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros de 27 de Fevereiro de 2014.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

Resolução nº 24/2014

de 14 de Março

Cabo Verde desde sempre tem tido consciência da questão da garantia da segurança alimentar e nutricional das suas populações como um requisito fundamental à vida humana e uma das vias chave do seu processo de desenvolvimento. Prova disso são os avanços e os resultados a nível dos elevados índices de desenvolvimento alcançados ao longo dos trinta e oito anos da independência.

Cabo Verde tem assumido vários compromissos regionais e internacionais para a erradicação da fome e da pobreza, entre os quais a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (ESAN-CPLP), assente na concretização do princípio fundamental do Direito Humano à alimentação adequada.

A ESAN-CPLP aprovada também por Cabo Verde, juntamente com os demais países desta comunidade, definiu os eixos de intervenção prioritários, com maior destaque para o reforço da boa governação do sistema alimentar e nutricional, o apoio imediato e sustentável às populações mais carenciadas e vulneráveis e o aumento da produção de alimentos com base em modelos de produção, processamento e distribuição sustentáveis e com ampla participação dos pequenos produtores agrícolas.

É neste âmbito que se enquadra a Campanha “*Juntos Contra a Fome! Alimentando a Esperança na CPLP*”, uma iniciativa desenvolvida em parceria pelo Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (SECPLP) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), com lançamento previsto no primeiro trimestre de 2014, cuja metodologia é baseada no modelo da Campanha *Telefood* da FAO, e tem como objectivo, constituir um Fundo para financiar os projectos integrados em coerência com as prioridades da (ESAN- CPLP).

Considerando o carácter multisectorial da segurança alimentar e nutricional, é necessário a criação de um Grupo de Trabalho que terá como principal objectivo coordenar e acompanhar todas as actividades a realizar, em Cabo Verde, no âmbito da referida Campanha.

Assim:

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Criação

É criado o Grupo de Coordenação Nacional (GCN) para a implementação da Campanha pela Segurança Alimentar e Nutricional: *Juntos contra a Fome! Alimentando a Esperança na CPLP*.

Artigo 2.º

Natureza e objectivo

O GCN é um Grupo de Trabalho que tem por objectivo empreender acções, para a montagem e implementação e o sucesso de uma campanha de angariação de recursos que se reverterão ao financiamento de projectos que visam o combate e a crescente redução da pobreza e a insegurança alimentar nas comunidades ou zonas mais vulneráveis do país.

Artigo 3.º

Composição

1. Integram o GCN:

- a) O Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN) do Ministério do Desenvolvimento Rural (MDR), que coordena;
- b) Um representante do Gabinete de Comunicação e Imagem da Chefia do Governo;
- c) Um representante da Direcção de Serviço de Estudos, Planeamento e Cooperação da Direcção-Geral do Planeamento Orçamento e Gestão do MDR;
- d) Um representante do Ministério das Relações Exteriores (MIREX) junto à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- e) Um representante do Ministério da Saúde;
- f) Um representante do Ministério da Educação e Desporto;
- g) Um representante do Ministério responsável pela Solidariedade Social
- h) Um representante do Ministério responsável pela Solidariedade Social;
- i) Um representante do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP);
- j) Um representante do sistema das Nações Unidas;
- k) Um representante das Câmaras de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento e Barlavento;
- l) Um representante da Plataforma ONG's de Cabo Verde.

2. Os representantes de entidades públicas referidos no número anterior são indigitados pelo mais elevado superior hierárquico.

Artigo 4.º

Tarefas

Constituem tarefas do GCN, designadamente:

- a) Implementar a Campanha: *Juntos contra a Fome! Alimentando a Esperança na CPLP*, consistente na angariação de fundos que se destinam ao financiamento de projectos que visam melhorar a segurança alimentar e nutricional e as condições de vida das famílias vulneráveis;
- b) Supervisionar a cabal implementação da Campanha e dos fundos gerados pela mesma;
- c) Elaborar um cronograma de acções a desenvolver no âmbito da referida Campanha;
- d) Fazer um balanço da Campanha com a apresentação das actividades realizadas e prestação de contas, tendo como produto final o relatório completo sobre toda a Campanha.

Artigo 5.º

Condições e funcionamento

Ao GCN são asseguradas todas as condições necessárias ao seu funcionamento, sendo a ordem das actividades/trabalhos estabelecida pela Coordenação do GCN.

Artigo 6.º

Conta

Nos termos do Regime Jurídico da Tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-lei n.º 10/2012, de 2 de Abril, os recursos financeiros obtidos na campanha a que refere o artigo 1.º da dita resolução, devem ser depositados numa conta aberta na Direcção Geral do Tesouro, a qual deve ser movimentada mediante as assinaturas do Director Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do MDR e do Coordenador do GCN.

Artigo 7.º

Supervisão

O GCN é supervisionado pelo Ministro do Desenvolvimento Rural.

Artigo 8.º

Encargos

Os encargos relativos a questões de logística e funcionamento do GCN são suportados pelo MDR, no âmbito do Orçamento do Estado.

Artigo 9.º

Término do Mandato

O mandato do GCN termina com o balanço da Campanha efectuado em Dezembro de 2014.

Artigo 10.º

Entrada em Vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros de 27 de Fevereiro de 2014.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*.

—oço—

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Gabinete do Ministro

Portaria nº 16/2014

de 14 de Março

O Município da Praia, através dos seus órgãos competentes, aprovou e submeteu ao Ministério do Ambiente Habitação e Ordenamento do Território, para efeitos de ratificação, o Plano Detalhado de São Pedro Latada (PDSPL), que teve a sua aprovação final pela Assembleia Municipal da Praia no dia 30 de Abril de 2013.

O Plano Detalhado é o instrumento de planeamento de natureza regulamentar que define com detalhe os